

A IMAGEM NATURAL DO PENSAMENTO

Maximiliano López(1)

Resumo: O presente trabalho busca colocar algumas questões a serem pensadas em torno da questão do sentido no programa de "filosofia para crianças" de Matthew Lipman. Busca-se mostrar como, embora a proposta apresente numerosos aspectos interessantes, existe nela uma imagem do pensamento que termina por empobrecer as relações de sentido.

APRESENTAÇÃO

No que segue tentarei apresentar o que pretende ser um exercício filosófico, se por isso se entende, um intento de pensar o que em nosso próprio pensamento ainda está por pensar, o que, nas atuais condições, não pode ser pensado.

Gostaria de assinalar neste trabalho, mais especificamente, algumas questões que o programa de "filosofia para crianças" do professor Matthew Lipman parece ter dificuldades para pensar, e isto não apenas por motivos conjunturais, mas devido à própria imagem do pensamento que ele apresenta.

Esta imagem pode ser denominada "imagem natural do pensamento" na medida em que apresenta o pensar como o exercício de uma faculdade natural. Esta imagem do pensar não é exclusiva do programa de Lipman; ela tem uma longa tradição e ainda é sustentada por grande parte do pensamento na Psicologia e na Filosofia de nosso tempo. Nesta imagem, o pensamento é uma habilidade natural, "como respirar e digerir, pensar é um processo natural, algo que faz todo o mundo" (Lipman et ali 1992: 66-67), parece que se alguma certeza temos é a certeza de que pensamos.

Mas, embora tenha sido possível apresentar o pensamento como uma evidência, o que significa pensar não é, de jeito nenhum, uma questão evidente. Pois, se desde o ponto de vista do sujeito que se exprime, o "Eu penso" pode ser tomado como evidente, desde o ponto de vista da significação a questão continua sendo problemática. O que significa pensar só ganha sentido no trabalho do próprio pensamento. É pensando que estabelecemos o sentido do que significa pensar. Nesse paradoxo radica a infinita possibilidade da filosofia.

A imagem natural do pensamento apresenta-se no programa de "filosofia para crianças" a partir de uma cisão fundamental que coloca, de um lado, os produtos do pensamento, e de outro, seus procedimentos. Enquanto os primeiros são históricos e estão sujeitos à influência do contexto social e político, os segundos são a-históricos, dado que obedecem a regras naturais do entendimento humano. O aspecto formal do pensamento parece fornecer, segundo Lipman, um ponto firme,

natural, exterior à própria atividade de pensar que permitiria avaliar e reconhecer o próprio pensamento.

"Há formas mais eficazes e menos eficazes de pensar. Podemos dizer isto com confiança dado que possuímos os critérios que nos permitem distinguir entre um pensamento hábil e outro torpe. Esses critérios são os princípios da lógica. Mediante estas regras, podemos estabelecer a diferença que existe entre as inferências válidas e as que não o são" (Lipman et alii 1992: 66-67).

A natureza da razão não determina os produtos do pensamento, porém sim suas regras de produção. O que significa pensar bem, ou ter um pensamento de alta ordem, está inscrito nas leis da própria racionalidade. Assim, o programa de "filosofia para crianças" não prescreve às crianças o conteúdo do que elas devem pensar; não fornece nem as premissas a partir das quais se desenvolverão seus juízos, nem as conclusões que elas deverão alcançar, apenas mostra as regras gerais de conexão lógica dos enunciados e alguns critérios que orientam o fluxo das idéias.

Isto constitui uns dos traços mais interessantes do programa, dado que, em outros métodos, a ansiedade por alcançar uma conclusão determinada termina por malograr o diálogo, ou torna-o uma farsa. Os professores fingem que dialogam quando na verdade manipulam a conversa para conduzi-la a um ponto de chegada pré-estabelecido desde o começo. Assim, o fato de se importar mais com a forma do pensar que com seus produtos é um aspecto diferencial e por demais interessante do programa de Lipman. Mas devido à imagem natural do pensamento que o programa traz consigo, essa liberdade nos conteúdos termina por ter um preço alto.

A liberdade de deixar a cada um percorrer seus próprios caminhos, sem prescrever pontos de chegada fixos, merece ser preservada; isso é o que faz da experiência filosófica uma aventura prazerosa e sutil. Se nos propomos a fazer a crítica do que chamamos "imagem natural do pensamento" é porque nos parece que ela gera um tipo de relação com o pensamento e com a filosofia em geral, que é mecânica e pobre. Pois ao nível dos procedimentos gera uma certeza tal que impossibilita qualquer relação filosófica nesse plano. Ela introduz aí uma forma de prescrição que empobrece a experiência de pensar. Sem dúvida que existe uma parte do processo de pensamento que tem a ver com habilidades e que é bom que as crianças conheçam, mas não é tão claro que isso mereça ser chamado de pensamento.

SENTIDO E PENSAMENTO

O programa de Lipman dá uma especial atenção à questão do sentido e concordo em que é um tema que merece ser colocado. Mas há algumas coisas a serem ditas em relação ao modo em que Lipman aborda o problema do sentido. Dois elementos são, segundo Lipman, responsáveis do sentido: a lógica e o que ele chama de algumas idéias reguladoras. A primeira faz referência às regras que determinam a forma em que se implicam os conceitos; as segundas a alguns

conceitos básicos que a tradição ocidental tem acumulado ao longo do tempo, como são a justiça, a verdade, a bondade, a beleza, o mundo, a identidade pessoal, o tempo, a amizade, a liberdade, etc., que fornecem os critérios fundamentais, que contribuem para dar sentido à vida humana. Diz Lipman:

"Sem conceitos como estes funcionando como idéias reguladoras nos resultaria muito mais difícil dotar de sentido a nossa experiência. O que diferencia especialmente a civilização da barbárie é que os povos civilizados estão interessados nas diferenças que existem entre belo e feio, bom e mau, verdade e falsidade, justiça e injustiça"(1992: 81).

Estes conceitos determinam o que é interessante pensar dentro de nossa tradição. Vale a pena lembrar que essa tradição só é nossa a partir dessa violência inicial que foi a conquista de América e todas suas atrocidades. Por fortuna estes conceitos têm a vantagem de estarem mal definidos, o que permite sua constante re- interpretação (Lipman 1992: 81). Mas se por um lado a educação tem o desafio de apresentar para os novos membros de uma sociedade sua tradição cultural, por outro tem também que fazer com que eles possam manter com essa tradição uma relação inteligente. No caso da filosofia, é claro que, embora os filósofos elaborem suas propostas teóricas no interior de uma tradição, as novas criações colocam-se numa relação marginal a ela; eles colocam novos temas, novos problemas e criam novos critérios que fazem com que os velhos temas se transformem às vezes em outros temas. O pensamento filosófico se apresenta sempre como um acontecimento que marca uma certa descontinuidade em relação àquele que o precedeu. Assim, como também acontece na arte, pensar é criar novos critérios e novos conceitos.

Mas essa novidade não é de tipo publicitária, não se trata de mudar o tempo todo só pelo fato de manter a atenção da platéia; trata-se, ao contrário, de uma intensidade no pensamento, de um tipo de relação com o que se pensa, intensidade que as palavras novo e velho ("novo" e "velho") não conseguem expressar de forma muito feliz, porque na verdade ela não tem a ver de fato com a cronologia, mas com o que chamaremos de acontecimento.

O outro pilar que garante o sentido segundo Lipman é a própria forma da racionalidade. A significação é dada, nesta imagem do pensamento, pela articulação lógica ou lingüística dos enunciados. O sentido se produz pela observação das regras da lógica. O pensamento atinge o sentido quando obedece a sua natureza formal. A adesão à norma dá ao pensamento seu sentido, por isso Deleuze pode chamar a esta imagem natural do pensamento de "imagem moral" (Deleuze, 1968/1988: 219). Esta visão jurídica do sentido, que faz dele adequação à norma, além de inconvenientes políticos, que deixaremos para um outro trabalho, encontra algumas dificuldades no interior da própria lógica.

Se as leis da racionalidade podem ser postas como naturais e verdadeiras é porque afirmam sua concordância com a própria legalidade que governa os acontecimentos do mundo. Se existem, por exemplo, as inferências causais ao nível da razão é porque ao mesmo tempo os fatos no mundo seguem uma ordem

causal. Assim, as regras do entendimento não fazem mais que refletir uma outra legalidade que é a do próprio mundo.

O sentido é definido como a condição do verdadeiro, ou seja, para poder dizer que uma afirmação é verdadeira é condição que ela tenha sentido, do mesmo modo o sentido é condição da falsidade. Portanto, só o que tem sentido pode ser verdadeiro ou falso e, ao mesmo tempo, o sem-sentido não pode ser nem verdadeiro nem falso. Em princípio poderia parecer que o sentido está dado pelas regras formais da razão, independentemente de sua veracidade. O sentido teria a ver com a coerência dos enunciados e a verdade e a falsidade com sua relação com o mundo. É possível então reconhecer duas dimensões na proposição: uma sendo a da significação, que seria a própria do sentido (formada por conceitos e implicações conceituais), e a outra a da designação que estabeleceria a relação de esses conceitos e implicações com os objetos e leis da realidade. A imagem natural do pensamento identifica então significação e sentido. O verdadeiro e o falso seriam casos de designação, enquanto o sentido pertenceria ao plano da significação.

Num juízo lógico as duas dimensões interagem: uma na implicação das afirmações que servem como premissas, a outra na asserção, quando depois de uma série de implicações dizemos "logo". Mas, quando dizemos "logo" e consideramos uma proposição como concluída, fazemos dela o objeto de uma asserção, o que quer dizer que deixamos de lado as premissas e as afirmações por si mesmas e as relacionamos ao estado de coisas que designa, independentemente das implicações que constituem sua significação. Mas para isto é preciso que as premissas sejam colocadas como verdadeiras, o que nos força a sair da pura ordem das implicações para relacioná-las a um estado de coisas designado que pressupomos. Ademais, supondo que as premissas A e B sejam verdadeiras, não podemos daí concluir a proposição Z em questão, a não ser admitindo que ela é por sua vez verdadeira, se A e B são verdadeiras: o que constitui uma proposição C que permanece na ordem da designação, não chega a sair dela, uma vez que remete a uma proposição D, que diz que Z é verdadeira se A, B e C são verdadeiras... e assim até o infinito. Em suma, a questão é que a implicação não chega nunca a fundamentar a designação a não ser que se dê a designação já pronta, uma vez nas premissas, outra na conclusão. (Deleuze, 1969/2000 p. 17). Como diz Deleuze, quando definimos a significação como a condição da verdade, nos elevamos acima do verdadeiro e do falso, já que uma proposição falsa, também tem uma significação ou um sentido. Ao mesmo tempo, definimos esta condição superior como a possibilidade de que a proposição seja verdadeira. Elevamo-nos a um fundamento, mas o fundado continua a ser o que era, independentemente da operação que o funda. Assim, a designação continua exterior à ordem que a condiciona. Existe um problema sério para fundamentar tanto a designação na significação quanto o inverso; este paradoxo é o que faz tão plausível a indução quanto a dedução.

O problema é bem complexo e tem numerosas ramificações; a pretensão nesta ocasião é apenas assinalar a dificuldade que implica identificar sentido e significação.

O sentido poderia ser buscado então numa experiência complexa que ultrapassasse o âmbito exclusivo da significação; mas não necessariamente em direção àquelas idéias reguladoras as quais Lipman faz referência, dado que esta solução, por uma parte, poder-nos-ia conduzir a uma lógica de "civilização ou barbárie" que nas atuais condições da política internacional não seria bom reforçar; e por outra, não parece ser muito justa com a própria tradição filosófica ocidental, bem mais povoada de retomadas incessantes que de harmoniosos acúmulos.

Existe uma dinâmica curiosa no pensar filosoficamente. Para ele atingir toda sua intencidade precisa de se acercar do sem-sentido e manter com ele uma relação inquietante. Em palavras de Badiou: "A potência de um pensamento é a capacidade de se manter o mais perto possível do infinito, com o mínimo de espessura do abrigo" (Badiou, 1996: 69) Assim, é precisamente essa intempérie e essa relação frágil com o sentido o que dá sua intensidade ao pensamento filosófico. Fazer do pensamento uma habilidade é desatender o que a filosofia tem de mais interessante e mais vital. É procurar a máxima espessura de abrigo. A imagem natural do pensamento resulta assim fortemente anti-filosófica, dado que torna impensável o próprio pensamento, fazendo dele o ponto cego de toda uma proposta filosófica e política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIOU, A. O que é pensar? Cadernos de subjetividade. São Paulo, PUC, 1996.
DELEUZE, G. Diferença e repetição. São Paulo: Graal, 1968/1988.
_____. Lógica do sentido. São Paulo, Perspectiva: 1969/2000.
LIPMAN, M. SHARP, A. M. e OSCAYAN, F.S. La filosofía en las aulas. Madrid: Ediciones de la Torre, 1992.
-

(1) Discente do programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Estado de Rio de Janeiro. Bolsista do CNPQ. E-mail: maxlop@hotmail.com